

EVIDENCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE INFORMAÇÕES SOCIAIS POR EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO NO BRASIL COM BASE NOS INDICADORES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DA ONU

VOLUNTARY DISCLOSURE OF SOCIAL INFORMATION BY OPEN CAPITAL COMPANIES, BASED ON
SOCIAL RESPONSIBILITY INDICATORS OF THE UN

REVELACIÓN VOLUNTARIA DE INFORMACIONES SOCIALES POR EMPRESAS DE CAPITAL ABIERTO
EN BRASIL CON BASE EN LOS INDICADORES DE RESPONSABILIDAD SOCIAL DE LA ONU

Márcia Martins Mendes De Luca

Doutora

Universidade Federal do Ceará

marciadeluca@ufc.br

André Aroldo Freitas de Moura

Bacharel

Universidade Federal do Ceará

andrearoldo2@hotmail.com

Fernando Saulo Pinheiro do Nascimento

Bacharel

Universidade Federal do Ceará

fsaulo_pn@hotmail.com

Submetido em: 22/11/2010

Aprovado em: 03/05/2012

RESUMO

O Guia de Indicadores de Responsabilidade Corporativa em Relatórios Anuais, da ONU, apresenta indicadores distribuídos em seis grupos: Comércio, investimentos e aspectos relacionados; Criação de emprego e práticas laborais; Tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos; Saúde e segurança; Governo e contribuições à comunidade; e Corrupção (UNITED NATIONS, 2008). O presente estudo investiga a evidenciação voluntária de informações sociais, segundo os Indicadores da ONU, de empresas listadas na BM&FBovespa, divididas em 3 grupos: empresas das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste; empresas do Sudeste; e empresas do Sul do Brasil. Empregou-se a pesquisa documental e o exame do *disclosure* social voluntário das empresas, baseando-se na análise de conteúdo. Para identificação da região que detém o maior nível de evidenciação, utilizou-se a análise descritiva e teste de média. Considerando-se que as empresas dos 3 grupos apresentaram como mais e menos evidenciados o mesmo conjunto de indicadores, pode-se dizer que as empresas possuem semelhantes características de evidenciação. Os testes demonstraram que as médias do nível de evidenciação são diferentes para os três grupos, concluindo-se que, estatisticamente, as empresas do Sudeste possuem o nível de evidenciação mais significante que o das empresas do Sul e do que o conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

PALAVRAS-CHAVE: Evidenciação. Responsabilidade social. Indicadores sociais.

ABSTRACT

The Guidance on Corporate Responsibility Indicators in Annual Reports of the United Nations presents indicators distributed in six areas: Commerce, investments and related aspects; job creation and labor practices; development of technology and human resources; health and safety; government and contributions to the community; and corruption (UNITED NATIONS, 2008). This study investigates the voluntary disclosure of social information, according to the UN indicators, by companies listed on the BM&FBovespa stock exchange. The companies were divided into three groups according to the Brazilian region in which they were located: North, Northeast and Midwest; Southeast; and South. Documentary research was carried out, and content analysis was used to examine the companies' voluntary social disclosure. To identify the region that practices the highest level of disclosure, descriptive analysis and the average test were used. Considering that the companies of the three groups presented the same set of indicators as more, or less disclosed, it can be said that the companies possess similar characteristics in terms of disclosure. The tests demonstrated that the three groups present different average levels of disclosure, and statistically, it was concluded that the companies in the Southeast region have higher levels of disclosure than those in the other regions.

KEYWORDS: Disclosure. Social responsibility. Social indicators.

RESUMEN

La Guía de Indicadores de Responsabilidad Corporativa en Informes Anuales de la ONU presenta indicadores distribuidos en seis grupos: Comercio, inversiones y aspectos relacionados; Creación de empleo y prácticas laborales; Tecnología y desarrollo de recursos humanos; Salud y seguridad; Gobierno y contribuciones a la comunidad; y Corrupción (UNITED NATIONS, 2008). El presente estudio investiga la divulgación voluntaria de informaciones sociales, según los Indicadores de la ONU, de empresas listadas en la BM&FBovespa, divididas en 3 grupos: empresas de las regiones Norte, Noreste, Centro-Oeste; empresas del Sudeste; y empresas del Sur de Brasil. Se utilizó la investigación documental y el examen del *disclosure* social voluntario de las empresas, basándose en el análisis de contenido. Para identificación de la región que posee el mayor nivel de revelación se utilizó el análisis descriptivo y prueba de media. Considerándose que las empresas de los 3 grupos presentaron como más y menos evidenciados el mismo conjunto de indicadores, se puede decir que las empresas poseen características semejantes de revelación. Las pruebas demostraron que las medias del nivel de revelación son diferentes para los tres grupos, concluyéndose que, estadísticamente, las empresas del Sudeste poseen un nivel de revelación más significativa que el de las empresas del Sur y que el conjunto de las regiones Norte, Noreste y Centro-Oeste.

PALABRAS CLAVE: Revelación. Responsabilidad social. Indicadores sociales.

1. INTRODUÇÃO

O processo decisório deve ter como suporte um conjunto de informações econômicas, financeiras, sociais e ambientais, dentre outras, que retratem a real situação da empresa. Assim, a discussão acerca da extensão das informações voluntárias, sobretudo de natureza social – foco do presente estudo –, gera dúvidas sobre o que e quanto deve ser divulgado, devido à inexistência de parâmetros previamente definidos (VANSTRAELEN; ZAZERSKI; ROBB, 2003), ou seja, de modelos ou padrão de apresentação desse tipo de informação.

As empresas interessadas em atrair novos investidores e aumentar o nível de confiança junto aos mercados, sobretudo aqueles mais exigentes, passaram a divulgar informações adicionais acerca da gestão empresarial e ações de responsabilidade social e ambiental, indo além das exigências legais.

Dessa maneira, surgem as informações voluntárias de natureza financeira, bem como aquelas de natureza não financeira, incluindo-se aí as informações sociais.

Cabe ressaltar que as informações voluntárias geradas pelas empresas não obedecem a parâmetros mínimos de divulgação, o que dificulta a sua análise comparativa, sobretudo de avaliar se a alocação dos recursos econômico-financeiros agregou valor à empresa, principalmente aqueles não destinados à atividade operacional.

A assimetria das informações geradas com base em diferentes práticas contábeis acarreta dificuldade de comparação entre empresas, promovendo um desafio à comunidade acadêmica e organismos responsáveis pelo processo de análise das informações, para que se alcance um dos objetivos primordiais da Contabilidade: ajudar os usuários a predizerem os fluxos de caixa futuros (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; GLAUTIER; UNDERDOWN, 1994). Nesse sentido, Perez (2008) afirma que empresas de sucesso estão usando códigos, padrões e outros instrumentos, como os relatórios, para ajudar na transparência das ações da responsabilidade social e sua relação com as estratégias adotadas pelas organizações.

A divulgação de informações de natureza social abrangendo os segmentos socioeconômico e ambiental pode ter caráter qualitativo e quantitativo e visa mostrar a colaboradores, parceiros internos e externos e à sociedade as ações da empresa relacionadas aos projetos voltados para a proteção do meio ambiente. Geralmente, essa divulgação se dá por meio de um documento denominado Balanço Social ou Relatório de Sustentabilidade Empresarial, embora não haja um consenso sobre o modelo ideal e o seu conteúdo.

Diversos países utilizam modelos próprios de relatório, cujos conteúdos, embora não sejam conflitantes, muitas vezes enfatizam determinados aspectos em detrimento de outros, havendo, por exemplo, nações que priorizam os aspectos ambientais, enquanto outras destacam as relações de trabalho e projetos voltados para as comunidades.

No Brasil, as empresas utilizam em maior proporção o modelo de Balanço Social do Instituto de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). No exterior, apesar da diversidade de modelos de Balanço Social, destaca-se aquele desenvolvido pela Global Reporting Initiative (GRI) Ainda em âmbito internacional, em 2008, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou o Guia de Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa, que recomenda a divulgação de determinados indicadores nos relatórios anuais das empresas (OLIVEIRA *et al.*, 2009).

Ressalta-se que, no Brasil, as empresas não são obrigadas a evidenciar informações de natureza social, exceto as sociedades anônimas de capital aberto que são obrigadas a evidenciar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que é um demonstrativo também de natureza social. No entanto a DVA evidencia poucas informações dessa natureza, comparando-se, por exemplo, com o que é exigido pelo guia da ONU. Por essa razão, a evidenciação voluntária de tais dispositivos pode representar um diferencial de informação para orientar decisões de investidores, já que informações voluntárias sobre a responsabilidade social corporativa podem, dentre outros aspectos, favorecer a redução da assimetria informacional, aumentando a qualidade informacional das demonstrações contábeis.

Dentre as razões para tal evidenciação voluntária, destacam-se a melhoria da imagem institucional da empresa; a redução do custo de capital; e a maior liquidez da ação no mercado acionário, em decorrência da redução da assimetria informacional. Gestores mais comprometidos com a responsabilidade social corporativa valorizam a evidenciação diferenciada, em busca da eficiência informacional. Segundo Diamond e Verrechia (1991), os benefícios da boa evidenciação são mais percebidos por empresas maiores. Hossain (2008) corrobora esse argumento, entendendo que gestores de grandes empresas tendem a acreditar mais nos benefícios do *disclosure*, comparativamente a gestores de pequenas companhias.

Nesse contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: Qual o nível de evidenciação voluntária de informações sociais pelas empresas brasileiras de capital aberto, segundo os Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa contidos no Guia da ONU?

Para responder à questão de pesquisa, desenvolve-se o presente estudo com o objetivo geral de investigar a evidenciação voluntária de informações sociais de empresas de capital aberto listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro (BM&FBovespa), segundo os Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa contidos no Guia da ONU.

A pesquisa delinea-se no estudo das informações do exercício de 2008 das empresas listadas na BM&FBovespa com sedes localizadas no conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e nas maiores empresas das regiões Sudeste e Sul, segundo o Ativo Total. Assim, dentre as empresas listadas na BMF&Bovespa, a pesquisa analisa todas as das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, compreendendo 41 companhias, as 41 maiores da região Sudeste e as 41 maiores da região Sul.

Levando-se em conta o elevado grau de desenvolvimento das regiões Sudeste e Sul, e conseqüentemente das empresas ali sediadas, investiga-se ainda se há diferença entre os níveis de evidência voluntária de informações sociais, segundo o Guia da ONU, comparando-se os três citados grupos de empresas por região geográfica. As informações sociais voluntárias das empresas são pesquisadas de acordo com os 16 indicadores consignados no Guia da ONU. Os indicadores são analisados segundo a abrangência de evidência das informações: total, parcial e nula. A opção pelos indicadores da ONU se deve em função da abrangência das informações sociais requeridas, além de se tratar de uma recente iniciativa de orientação de modelo de relatório social gerada por um organismo de destaque mundial, aplicado em estudos empíricos, tais como os de Oliveira *et al.* (2009) e Torres *et al.* (2011).

O presente estudo considera pesquisas anteriores sobre *disclosure* de informações sociais (ANDERSON; FRANKLE, 1980; RICHARDSON; WELKER, 2001) e sobre o Guia de Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa da ONU (UNITED NATIONS, 2008; OLIVEIRA *et al.*, 2009; TORRES *et al.*, 2011) e justifica-se na medida em que nos últimos anos as empresas vêm alocando crescentes recursos em projetos sociais e ambientais (PELIANO *et al.*, 2002) e a Contabilidade tem se tornado mais relevante ao divulgar tais ações de forma tempestiva.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Evidência Voluntária

A decisão pela divulgação de uma informação está relacionada aos princípios de justiça, equidade e verdade (SCOTT, 1941). Espera-se, portanto, que as empresas divulguem, junto a todos os *stakeholders*, informações sobre o seu patrimônio, incluindo os fatos que poderão alterá-lo (valor preditivo da informação). Dessa forma, estarão alinhadas aos princípios definidos por Scott (1941).

De uma maneira geral, espera-se também que o *disclosure* das empresas extrapole o requerido por lei. O *disclosure* voluntário é, pois, aquele que excede o recomendado em lei, decorrente de decisão de gestores ou controladores por divulgar informações adicionais destinadas a influenciar decisões dos usuários (MEEK; ROBERTS; GRAY, 1995).

A chamada Teoria da Divulgação constituiu importante campo de estudo da Contabilidade nas duas últimas décadas do século XX. Tem como principal objetivo explicar o fenômeno da divulgação das informações das empresas. Segundo Verrecchia (2001), a Teoria da Divulgação pode ser dividida em três segmentos: divulgação baseada na associação, divulgação baseada em julgamento e divulgação baseada na eficiência. Dye (2001) defende a premissa de que a entidade divulgará somente informações favoráveis, sendo esse fenômeno denominado Teoria da Divulgação Voluntária.

Segundo Dye (2001), a omissão de variáveis relevantes favorece a inferência de ocultação de aspectos negativos, afetando, significativamente, a credibilidade das informações prestadas. Saliencia-se, então, que a empresa deve ter compromisso com a completa e voluntária divulgação de informações de cunho socioeconômico e ambiental, como forma de conquistar legitimidade perante a sociedade, já que as informações obrigatórias recebem tratamento semelhante.

As informações sociais divulgadas de maneira não obrigatória ganham espaço à medida que o investidor tem a oportunidade de obter mais informações sobre a empresa. Anderson e Frankle (1980), Malacrida e Yamamoto (2006) e Murcia (2009) entendem que a evidência social de modo voluntário pode ser associada ao retorno favorável pela informação, muito embora esse fato não seja corroborado em outras pesquisas (RICHARDSON; WELKER; HUTCHINSON, 1999; RICHARDSON; WELKER, 2001). Pesquisas revelam também que, em muitos casos, os incentivos para a divulgação das empresas não são os normativos, mas outros fatores, confirmando a relevância do *disclosure*

social voluntário (BURGSTAHLER; HAIL; LEUZ, 2006; MURCIA, 2009; PRADO ET AL 2009; ALBERS; GÜNTHER 2010; GAMERSCHLAG; MÖLLER; VERBEETEN, 2010).

Yamamoto e Salotti (2006) destacam que a prestação compulsória de informações por parte das empresas adota uma postura reativa, ou seja, oriunda de uma regulamentação que as obrigam a fazer a divulgação de determinadas informações, enquanto a divulgação voluntária constitui-se de uma ação proativa. Portanto, em meio a grande quantidade de informações disponíveis aos gestores, é preciso que estes façam a seleção e a escolha da divulgação de informações não obrigatórias. Para essa seleção, deve ser analisada a relação custo e benefício da divulgação da informação.

Dessa forma, apesar de sua contribuição para o processo decisório, a informação voluntária acarreta custos para as organizações, como, por exemplo, aqueles relacionados à preparação e à auditoria das informações, segundo Leuz e Wysocki (2008). Entretanto a divulgação voluntária, por si só, não acarreta alguns tipos de custos, como, por exemplo, o da regulação, favorecendo o que Vanstraelen, Zazerski e Robb (2003) comentam ao defender o aumento da competitividade das organizações por meio da elevação do nível de qualidade das informações divulgadas.

2.2 Informações Sociais

A elaboração e a divulgação sistemática de relatórios demonstrando atividades relacionadas à responsabilidade social corporativa, seja no âmbito interno, seja no externo, atende ao princípio do aumento de bem-estar citado por Hendriksen e Van Breda (1999), haja vista que tais informações relacionam-se às ações voltadas para o bem-estar social, evidenciando, assim, a percepção da empresa acerca da sua responsabilidade social.

Ramanathan (1976) entende que a empresa deve ter uma noção muito clara da extensão de sua responsabilidade social, para que se definam com maior clareza os limites de sua atuação, garantindo-se, assim, maior consistência às informações evidenciadas. Torna-se necessário facilitar a avaliação por todos os usuários, mediante informações relevantes acerca dos propósitos da empresa, políticas, programas, desempenho e grau de contribuição de seus projetos sociais.

Dessa forma, os relatórios de divulgação sociais das empresas constituem instrumentos de gestão e de informação capazes de evidenciar os resultados das organizações nas áreas socioeconômica e ambiental, tanto para fins internos como para públicos externos. São os chamados Relatório Social, Relatório de Sustentabilidade ou Balanço Social.

Os modelos de Balanço Social observam uma estrutura básica semelhante nos diversos países nos quais o instrumento é adotado, apresentando, no entanto, algumas variações, de acordo com as características internas de cada nação. No Brasil, há duas organizações responsáveis por incrementar e estimular a publicação de relatórios sociais: o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

Além dos modelos nacionais, ressalta-se a contribuição mundial da Global Reporting Initiative (GRI). A GRI resulta de um grande esforço internacional, envolvendo empresas e organizações da sociedade civil, dirigido ao estabelecimento consensual de normas e padrões para orientar a elaboração de relatórios de sustentabilidade empresarial. O Instituto Ethos participa ativamente da GRI e recomenda a adoção desse padrão no país, atualmente na versão G3, que tem por objetivo atender às expectativas dos diversos usuários de relatórios de sustentabilidade, apresentando indicadores em três dimensões: econômica, ambiental e social (INSTITUTO ETHOS, 2007).

De acordo com o Ethos (2007), é comum no país a preocupação das empresas com a elaboração de seu Balanço Social seguindo o modelo da GRI, sendo, no entanto, mais utilizado o modelo do Ibase. Nesse modelo, são divulgadas as atividades sociais das entidades, em forma de tabela, facilitando comparações entre as empresas no tocante às ações de responsabilidade social e ambiental. O modelo de Balanço Social do Ibase apresenta 51 indicadores, dos quais apenas oito são qualitativos, o que evidencia seu caráter fortemente quantitativo. Esses indicadores apresentam dados de dois exercícios anuais da empresa, distribuídos em 7 categorias: Base de Cálculo, Indicadores Sociais Internos, Indicadores Sociais Externos, Indicadores Ambientais, Indicadores do Corpo Funcional, Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial e Outras Informações Relevantes (IBASE, 2008).

2.3 Guia de Indicadores de Responsabilidade Social da ONU

Em âmbito internacional, em 2008 a ONU lançou o Guia de Elaboração de Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa em Relatórios Anuais, que recomenda a evidenciação de indicadores nos relatórios anuais das empresas. A evidenciação dos indicadores da ONU é voluntária e sua utilização, total ou parcial nos relatórios, é de escolha da empresa. O Guia da ONU trata dos *stakeholders* e das informações de que necessitam, preocupando-se em apresentar os critérios de seleção dos indicadores e as características informacionais qualitativas correspondentes (comparabilidade, relevância e materialidade, compreensibilidade, confiança e verificabilidade).

Os 16 Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa do Guia da ONU foram distribuídos em seis grupos: Comércio, investimentos e outros aspectos a eles relacionados; Criação de emprego e práticas laborais; Tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos; Saúde e segurança; Governo e contribuições à comunidade; e Corrupção (UNITED NATIONS, 2008).

O primeiro grupo compreende quatro indicadores: Faturamento total, Valor das importações x exportações, Total de novos investimentos e Compras locais. O total de receitas de uma empresa apresenta a sua relevância para a economia regional. A importância do segundo indicador relaciona-se ao poder de gerenciamento das reservas de moeda das nações e consiste em identificar o valor das exportações de uma empresa em relação a suas importações. Novos investimentos, tanto em bens tangíveis como em intangíveis, podem gerar impactos na economia, como o aumento da capacidade produtiva, e na sociedade, como a redução da pobreza. O valor das Compras locais possibilita dimensionar a relação entre a empresa e a economia local (UNITED NATIONS, 2008).

Mão de obra total, Salários e benefícios aos empregados, Taxa de rotatividade e Porcentagem dos empregados abrangidos por acordos coletivos constituem os quatro indicadores do grupo denominado Criação de emprego e práticas laborais. O indicador Mão de obra total é analisado por tipo de emprego, contrato e gênero, e evidencia os efeitos positivos da criação de empregos e dos esforços da organização no combate à discriminação e ao desrespeito aos direitos humanos. O valor referente ao pagamento de Salários e benefícios aos empregados favorece o desenvolvimento das comunidades nas quais vivem os empregados. A Taxa de rotatividade possibilita identificar as políticas de recursos humanos praticadas e realizar comparações entre empresas. A Porcentagem dos empregados protegidos por acordos coletivos demonstra a possibilidade de obtenção de pactos trabalhistas, representando maior grau de desenvolvimento social (UNITED NATIONS, 2008).

O grupo Tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos abrange três indicadores: Gastos em pesquisa e desenvolvimento, Média de horas de treinamento por empregado e Gastos com treinamento de empregados. Os Gastos em pesquisa e desenvolvimento são importantes, porque podem resultar em vantagens competitivas. Relacionados à tecnologia estão (1) a Média de horas de treinamento por ano/empregado, analisada por categoria de emprego; e (2) os Gastos com treinamento por ano e por funcionário, analisados por categoria de empregado (UNITED NATIONS, 2008).

O grupo Saúde e segurança está representado por dois indicadores: Custo da saúde e segurança dos empregados e Dias de trabalho perdidos devido a acidentes, ferimentos e doenças relacionados ao trabalho. O custo da Saúde e a Segurança dos empregados constitui item de grande responsabilidade da empresa. Reduzidos investimentos nessa área podem ocasionar baixa produtividade e prejuízo, sintomas de baixa qualidade gerencial. O valor do segundo indicador reflete a importância que a empresa confere à saúde e à segurança de seus empregados, estabelecendo uma relação inversamente proporcional com o valor do primeiro (UNITED NATIONS, 2008).

O grupo Contribuições ao governo e à sociedade apresenta dois indicadores: Pagamentos ao governo e Contribuições voluntárias à sociedade. O pagamento de impostos e taxas pelas empresas, percebido em termos de valor pelo indicador Pagamentos ao governo, assume relevância econômica na medida em que pode constituir reforço para as finanças do estado. Muitas empresas fornecem suporte às comunidades que as acolhem por meio de doação em dinheiro, produtos ou serviços, podendo resultar, por exemplo, na melhoria da infraestrutura local, com saneamento, escolas e hospitais (UNITED NATIONS, 2008).

O sexto grupo, denominado Corrupção, apresenta o indicador Número de condenações por violação de leis. Considera a quantidade e o valor das multas pagas, fornecendo informações aos *stakeholders* sobre as responsabilidades legais de determinada empresa (UNITED NATIONS, 2008).

3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como de natureza quantitativa e qualitativa, utilizando-se como ferramenta investigativa a pesquisa documental. É considerada quanti-qualitativa, pois, além de usar a população efetiva e ferramentas estatísticas, também estuda em profundidade esse tema por meio do exame de documentos publicados pelas empresas participantes da pesquisa. Para a realização do estudo, foram levantados e examinados os dados e as informações disponíveis no portal eletrônico da BM&FBovespa e nos portais eletrônicos institucionais das empresas pesquisadas. Foram analisadas informações contidas nos seguintes arquivos: relatórios anuais, relatórios de sustentabilidade, relatórios da administração, balanços sociais, Informações Anuais e Demonstrações Financeiras Padronizadas. Ressalta-se que as informações referem-se ao exercício social de 2008.

A pesquisa abrange o total das empresas de capital aberto sediadas no conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e as maiores empresas de capital aberto, segundo o Ativo Total, sediadas nas regiões Sul e Sudeste, dentre aquelas listadas na BM&FBovespa, em 29 de agosto de 2009, incluindo os segmentos Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2. Foi identificada uma população de 43 empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Duas dessas empresas, a Gradiente e o Banco do Estado do Piauí, foram excluídas da pesquisa, por não terem disponibilizado informações relativas ao exercício social de 2008 até a data final da coleta de dados, que se realizou no período de outubro de 2009 a janeiro de 2010. Portanto a pesquisa foi realizada com 41 empresas do conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e, para possibilitar comparações e análises consistentes, igual número de empresas das regiões Sul e Sudeste, totalizando uma amostra de 123 companhias.

A análise do *disclosure* social voluntário das empresas baseou-se na técnica de Análise de Conteúdo, que, segundo Bardin (1977), estuda a natureza das mensagens e pode ser aplicada em conteúdos diversificados. De acordo com Beretta e Bozzolan (2007), a análise de conteúdo é um dos métodos mais utilizados nos estudos sobre *disclosure*.

Para facilitar a compreensão da análise dos dados, o Quadro 1 apresenta as categorias e as subcategorias de informações sociais analisadas nas empresas pesquisadas, compreendidas nos dezesseis indicadores reunidos nos seis grupos de Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa cuja evidenciação é recomendada pelo Guia da ONU.

Quadro 1: Categorias e subcategorias de análise, segundo o Guia de Elaboração de Indicadores de Responsabilidade Corporativa em Relatórios Anuais da ONU

Categoria	Subcategoria
Comércio, investimentos e relações	Faturamento bruto total
	Valor das importações <i>versus</i> exportações
	Total de novos investimentos
	Compras locais
Criação de empregos e práticas empregatícias	Mão de obra total – analisada por tipo de emprego, tipo de contrato e gênero
	Salários e benefícios para os empregados – analisados por tipo de emprego e gênero
	Número total e taxa de rotatividade de funcionários – analisados por gênero
	Porcentagem dos empregados abrangidos por acordos coletivos
Tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos	Gastos em pesquisa e desenvolvimento
	Média de horas de treinamento por ano por empregado – analisado por categoria de empregado
	Gastos com treinamento por ano e por empregado – analisado por categoria de empregado
Saúde e segurança	Custo da saúde e da segurança dos funcionários
	Dias de trabalho perdidos devido a acidentes, ferimentos e doenças relacionados ao trabalho
Contribuições ao governo e à sociedade	Pagamentos ao governo
	Contribuições voluntárias à sociedade civil
Corrupção	Número de condenações por violação de leis ou regulamentos relacionados à corrupção e ao valor de multas pagas/a pagar

Fonte: Adaptado de United Nations (2008).

Com base nos Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa da ONU, representados pelas categorias e pelas subcategorias identificadas no Quadro 1, foi elaborado um instrumento de coleta. Exemplos do instrumento foram preenchidos com os dados das 123 empresas e, posteriormente, agrupados, para as necessárias análises e testes das hipóteses.

Em um primeiro momento, delineou-se analisar as informações sociais e a forma de sua evidência pelas empresas. Para cada empresa, obteve-se um nível de evidência, considerando a abrangência de divulgação (total, parcial e nula) dos indicadores estabelecidos no Guia da ONU. Entende-se por Divulgação Total os dados que foram evidenciados segundo os critérios recomendados pelo Guia da ONU. Aplicou-se o critério Divulgação Parcial para os dados cuja evidência não atendia integralmente aos critérios estabelecidos pelo Guia. O critério Divulgação Nula foi utilizado quando não houve evidência do respectivo indicador. Para cada forma de evidência atribuiu-se uma pontuação: Total, 2; Parcial, 1; e Nula, 0. Portanto cada empresa poderia obter o máximo de 32 pontos, levando-se em conta a possibilidade de pontuação máxima (2 pontos) por cada um dos 16 indicadores.

A análise da pontuação do nível de evidência das empresas foi efetuada também considerando o setor de atuação e o segmento de listagem das empresas, segundo classificação adotada pela BM&FBovespa.

Após a análise das informações evidenciadas, fez-se inicialmente uma análise descritiva da variável nível de evidência estudada, utilizando-se o diagrama "caixa-de-bigodes" ou diagrama de Boxplot. Segundo Hair *et al.* (2005), os limites superior e inferior do diagrama (caixa) marcam os quartis superior e inferior da distribuição dos dados. O comprimento da caixa corresponde à distância entre o vigésimo quinto percentil (1º quartil) e o septuagésimo quinto percentil (3º quartil), de maneira que a caixa contém 50% dos valores centrais dos dados. Se a mediana se encontra próximo a um dos extremos da caixa, isso indica assimetria naquela direção. Quanto maior for a caixa, maior a dispersão das observações.

Em seguida, foram realizados os testes estatísticos para se investigar se há diferença no nível de evidência entre as 41 maiores empresas, segundo o Ativo Total, da região Sudeste, as 41 da região Sul e o conjunto de 41 empresas sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para tanto, foram levantadas duas hipóteses:

H_0 : as médias do nível de evidência são iguais para as 41 empresas do Sul, do Sudeste e do conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

H_1 : a média do nível de evidência das 41 maiores empresas do Sudeste é maior que a média das 41 empresas do Sul; e da média das 41 empresas do conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

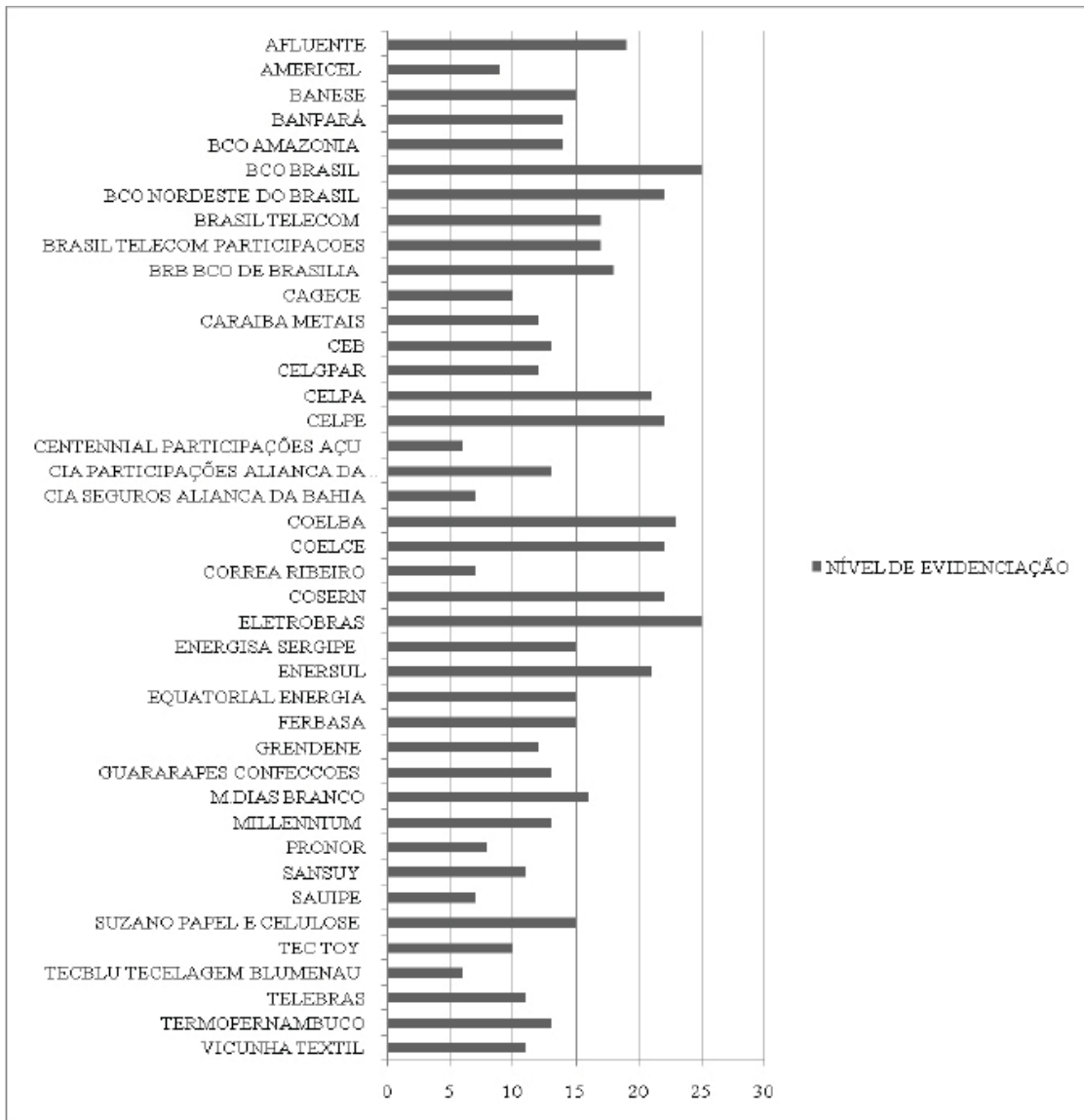
Foi aplicado o teste de Kolmogorov-Smirnov, para testar a normalidade dos dados; o teste de Levene, para avaliar se as variâncias dos dois grupos eram homogêneas (homocedasticidade); e o teste Tukey para a igualdade de médias. Os dados foram tratados utilizando-se a planilha eletrônica Microsoft Excel e o *software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*. Os gráficos de barras apresentados a seguir foram construídos por meio do Microsoft Excel.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 Análise da evidência voluntária das informações sociais das empresas pesquisadas

O Gráfico 1 mostra os níveis de evidência alcançados pelas 41 empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, levando em conta o critério de pontuação ponderada adotada para identificar a evidência (Total, 2; Parcial, 1; e Nula, 0), conforme apresentado na metodologia.

Gráfico 1: Níveis de Evidenciação das empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, segundo os Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa da ONU

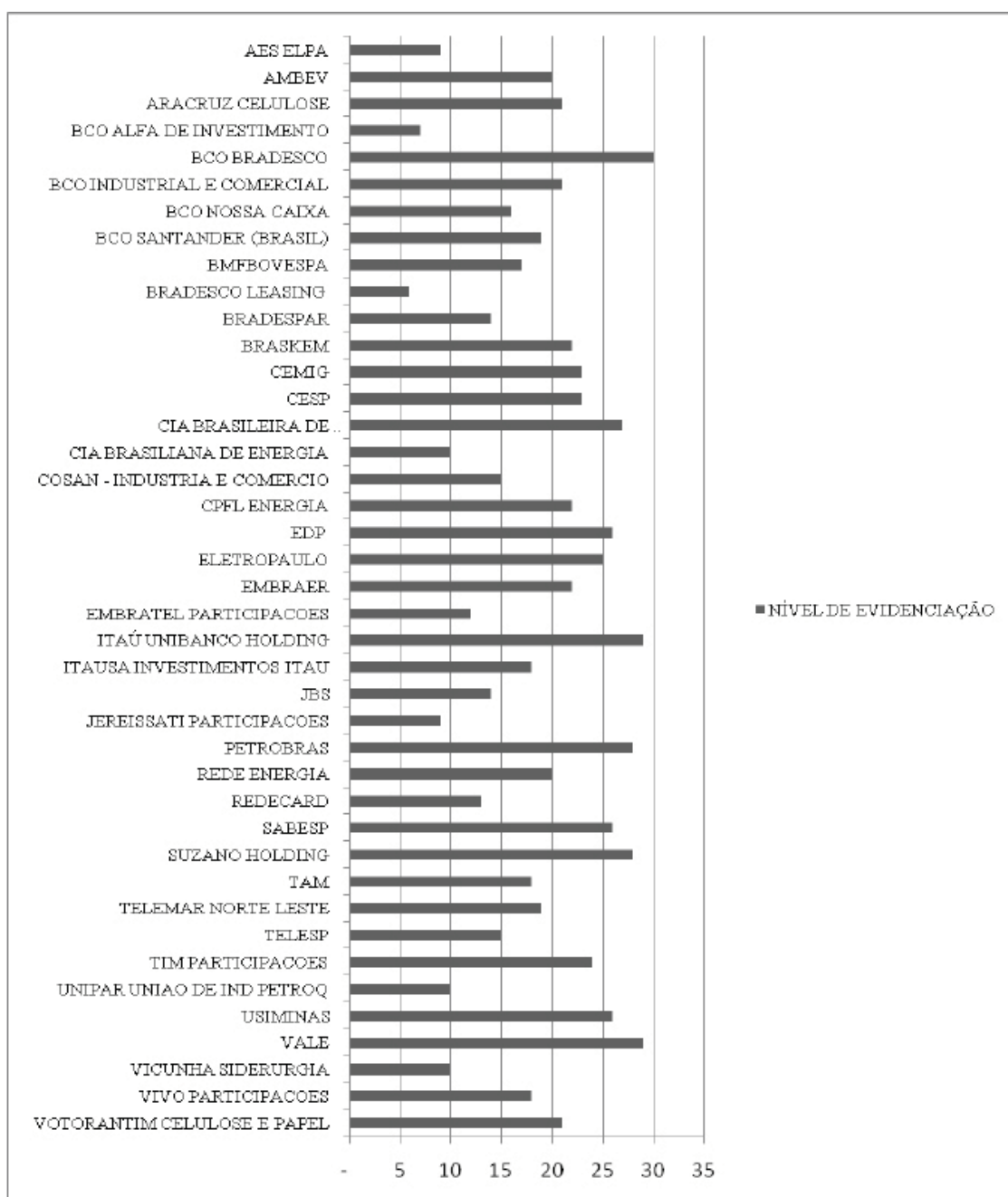


Fonte: Elaborado pelos autores.

Das 41 empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, duas (Banco do Brasil e Eletrobras) registraram o maior nível de evidenciação com 25 pontos cada (78,1% da evidenciação máxima). Outras duas empresas (Centennial Participações Açúcar S. A. e a Tecblu Tecelagem Blumenau) assinalaram o menor nível de evidenciação, com 6 pontos cada (18,7% da evidenciação máxima).

O Gráfico 2 apresenta os níveis de evidenciação registrados pelas 41 empresas da região Sudeste, levando em conta o critério de pontuação ponderada já mencionado (Total, 2; Parcial, 1; e Nula, 0).

Gráfico 2: Níveis de Evidenciação das empresas da região Sudeste do Brasil, segundo os Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa da ONU

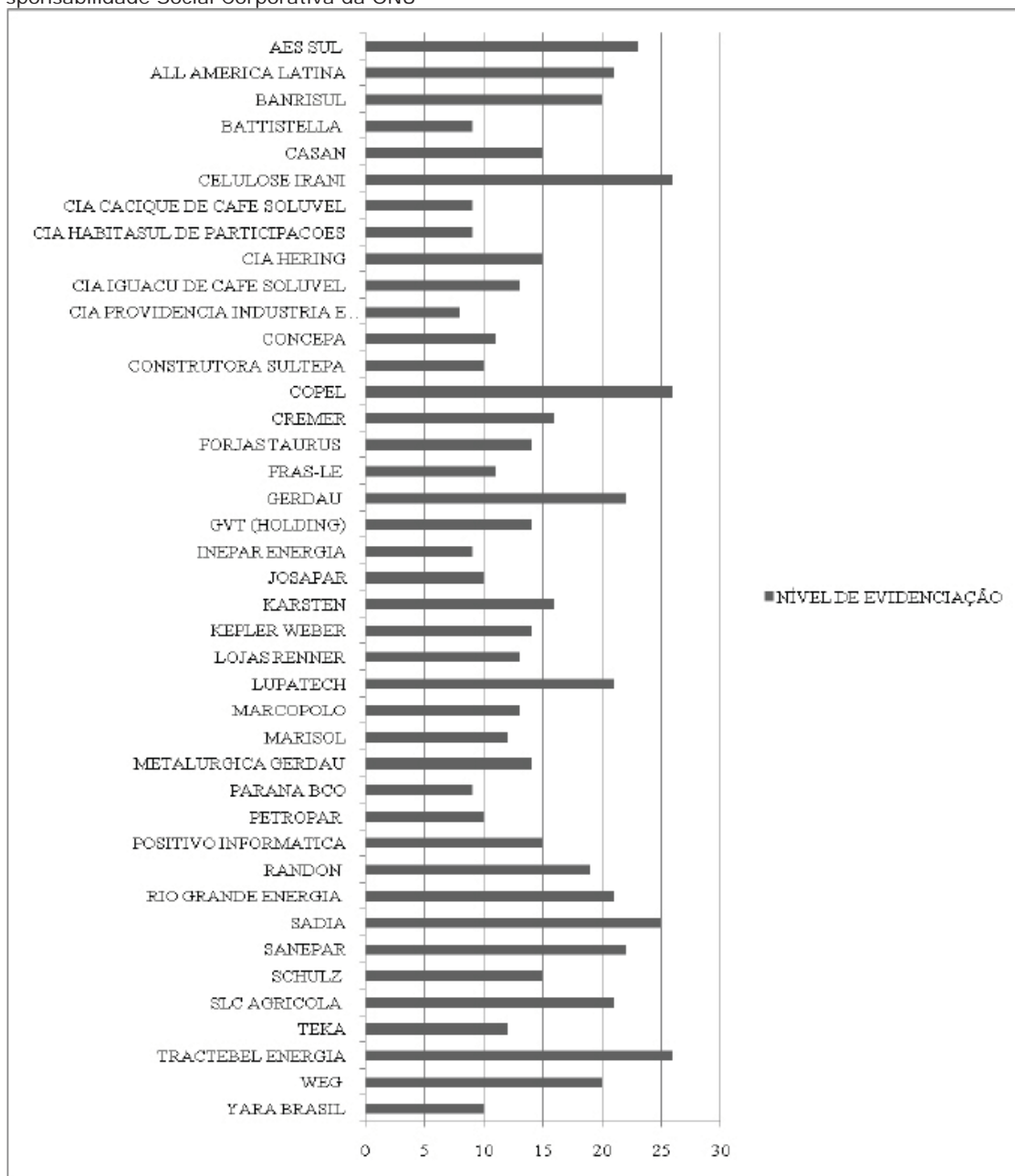


Fonte: Elaborado pelos autores.

Das 41 empresas da região Sudeste, uma (Banco Bradesco S. A.) assinalou o maior nível de evidenciação, com 30 pontos (93,7% da evidenciação máxima). A empresa Bradesco Leasing Arrendamento Mercantil S.A. registrou o menor nível de evidenciação, com 6 pontos (18,7% da evidenciação máxima).

O Gráfico 3 mostra os níveis de evidenciação alcançados pelas 41 empresas da região Sul, levando em conta o critério de pontuação ponderada adotada para identificar a evidenciação (Total, 2; Parcial, 1; e Nula, 0), conforme apresentado na metodologia.

Gráfico 3: Níveis de Evidenciação das empresas da região Sul do Brasil, segundo os Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa da ONU



Fonte: Elaborado pelos autores.

Das 41 empresas da região Sul, três (Celulose Irani, Copel e Tractebel Energia) alcançaram o maior nível de evidenciação com 26 pontos cada (81,25% da evidenciação máxima). A empresa Cia Providência Indústria e Comércio registrou o menor nível de evidenciação, com 8 pontos (25% da evidenciação máxima).

Quatro indicadores estiveram presentes em todas as 123 empresas investigadas: Faturamento total; Pagamentos ao governo; Salários e benefícios para os empregados por tipo de emprego e gênero; e Compras locais. Os dois primeiros foram evidenciados totalmente e os seguintes parcialmente. A evidenciação desses indicadores deve-se à inclusão dessas informações na Demonstração de Resultados e na Demonstração do Valor Adicionado, ambas legalmente exigidas para as empresas de capital aberto. A única exceção foi a empresa Centennial Participações Açu S.A., que não evidenciou os salários e os benefícios para os empregados por tipo de emprego e gênero.

No conjunto das 41 empresas do conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os dois indicadores mais evidenciados foram: Total de novos investimentos, com evidenciação em 34 empresas (82,9% do total); e Contribuições voluntárias à sociedade civil, com evidenciação de 32 empresas (78% do total).

No grupo das 41 empresas da região Sudeste, esses dois indicadores também foram os mais evidenciados, destacando-se a presença de um terceiro indicador, que alcançou a mesma pontuação que o segundo mais evidenciado: Total de novos investimentos, com evidenciação em 38 empresas (92,7% do total); Contribuições voluntárias à sociedade civil e Mão de obra total – analisada por tipo de emprego, tipo de contrato e gênero, com evidenciação em 35 empresas (85,4% do total).

Nas empresas sediadas na região Sul, também ocorreu a presença dos mesmos três indicadores entre os mais evidenciados: Total de novos investimentos, com evidenciação em todas as 41 empresas (sendo 33 empresas ou 80,5% do total com evidenciação Total e 8 empresas ou 19,5% do total com evidenciação Parcial); Contribuições voluntárias à sociedade civil e Mão de obra total – analisada por tipo de emprego, tipo de contrato e gênero, ambos com evidenciação em 32 empresas (78% do total). Esses indicadores estavam consignados nos respectivos relatórios da administração.

Os dois indicadores menos evidenciados no conjunto das 41 empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste foram: Dias de trabalho perdidos devido a acidentes, ferimentos e doenças relacionados ao trabalho, com evidenciação em duas empresas (4,9% do total); e Número de condenações por violação de leis ou regulamentos relacionados à corrupção e ao valor de multas pagas/a pagar, com evidenciação em 7 empresas (17,1% do total). Idêntico comportamento ocorreu na região Sudeste, sendo o primeiro indicador evidenciado por 16 empresas (39% do total); e o segundo, por 17 empresas (41,5% do total). O mesmo foi constatado na região Sul, tendo: Dias de trabalho perdidos devido a acidentes, ferimentos e doenças relacionados ao trabalho, evidenciação em 9 empresas (22% do total); e Número de condenações por violação de leis ou regulamentos relacionados à corrupção e ao valor de multas pagas/a pagar, evidenciação em 7 empresas (17,1% do total). Esses indicadores estavam consignados nos respectivos balanços sociais.

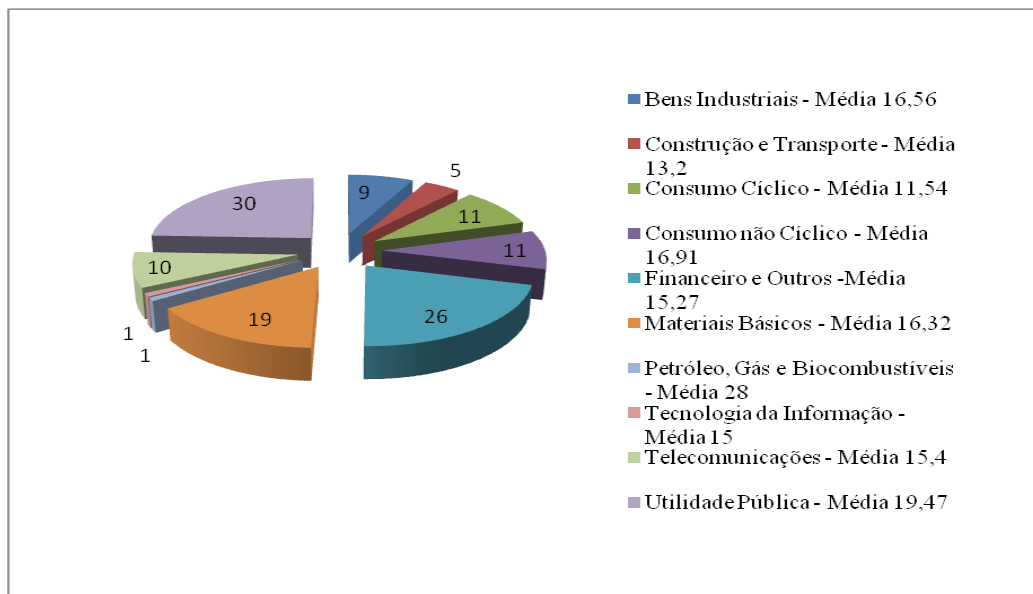
O presente estudo apresenta alguns resultados similares aos encontrados na pesquisa de Oliveira *et al.* (2009), cujos indicadores mais evidenciados foram Faturamento total, Total de novos investimentos, Pagamentos ao governo e Contribuições voluntárias à sociedade civil, enquanto os menos evidenciados foram Média de horas de treinamento por ano por empregado, Dias de trabalho perdidos devido a acidentes, ferimentos e doenças relacionados ao trabalho, Porcentagem de empregados cobertos por acordos coletivos e Número de condenações por violação de leis ou regulamentos relacionados à corrupção e ao valor das multas pagas/a pagar. Destaca-se que o indicador Compras locais foi encontrado mais vezes neste estudo do que na pesquisa de Oliveira *et al.* (2009), o que pode ser explicado pelo fato de a Demonstração do Valor Adicionado não ser legalmente exigida para as companhias abertas no ano 2007, período analisado naquela pesquisa.

4.2 Análise da Evidenciação Voluntária por Setor de atuação e por Segmento de listagem segundo classificação adotada pela BM&FBovespa

Além da análise das empresas pesquisadas segmentadas por região, foi feito um estudo complementar, analisando tais empresas de acordo com dois critérios, segundo classificação da BM&FBovespa. O primeiro critério é a classificação das empresas por setor de atuação, que divide as empresas listadas em 10 setores (Bens Industriais, Construção e Transporte, Consumo Cíclico, Consumo Não Cíclico, Financeiro e Outros, Materiais Básicos, Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Tecnologia da Informação, Telecomunicações, e Utilidade Pública). O segundo critério é a classificação por segmento de listagem na BM&FBovespa que, nessa pesquisa, se resume a 4 tipos: Mercado Tradicional, Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2 de Governança Corporativa. Após o agrupamento das empresas nas categorias definidas pela BM&FBovespa, foi calculada a média do nível de evidenciação atingido por ambos os critérios de classificação.

O Gráfico 4 mostra as 123 empresas pesquisadas, agrupadas de acordo com seu setor de atuação.

Gráfico 4: Quantidade de empresas por setor



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota-se que o maior número de empresas classifica-se nos setores de Utilidade Pública (tendo como principais representantes as Companhias Energéticas e as de Água e Saneamento) e Financeiro e Outros (tendo como principais representantes os Bancos) e que o menor número classifica-se nos setores de Tecnologia da Informação e Petróleo, Gás e Biocombustíveis, sendo ambos representados por uma única empresa cada.

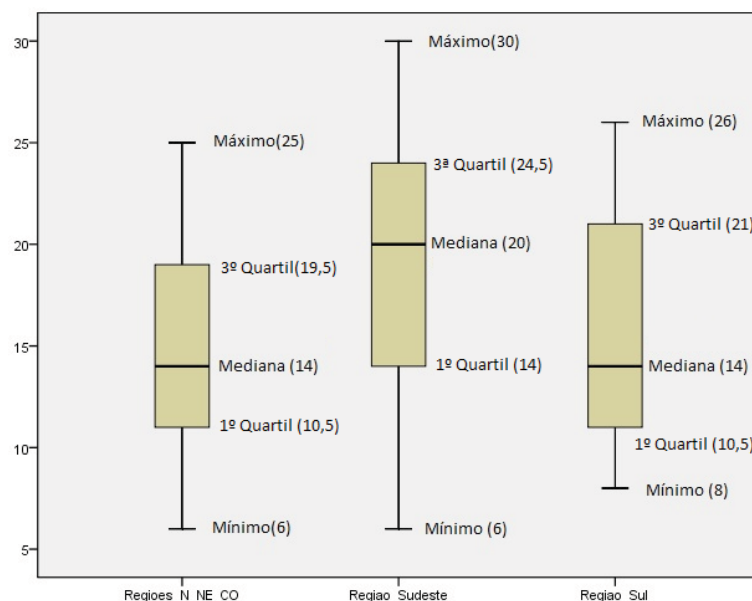
Dentre as médias de evidenciação obtidas, os grupos que apresentaram maior desempenho com uma média de 28 (87,5% da evidenciação máxima) e 19,47 pontos (aproximadamente 60,1% da evidenciação máxima), respectivamente, foram o de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (representado unicamente pela Petrobras) e o de Utilidade Pública, o que se explica pelo fato de suas principais representantes serem as Companhias Energéticas (25 de 30 empresas), que são obrigadas, pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, a divulgarem o Relatório Anual de Responsabilidade Empresarial, que contém o Balanço Social. Nesse sentido, cabe ressaltar que o conceito de evidenciação voluntária não se aplica, uma vez que a evidenciação é realizada nessas empresas por força de dispositivo regulamentar. Já os grupos que apresentaram menor desempenho com médias de 13,2 (41,25% da evidenciação máxima) e 11,54 pontos (36,1% da evidenciação máxima) foram, respectivamente, o de Construção e Transporte e Consumo Cíclico.

Quanto ao critério de classificação das empresas por segmento de listagem na BM&FBovespa, a maior parte encontra-se no Mercado Tradicional (71 empresas), seguido pelo Nível 1 (25 empresas) e Novo Mercado (24 empresas), enquanto o Nível 2 é o de menor representatividade (4 empresas). O grupo que alcançou maior média de evidenciação foi o das empresas do Nível 1, com 20,32 pontos (63,5% da evidenciação máxima); seguido pelo Nível 2, com 19,25 pontos; Novo Mercado, com 17,74; e o grupo que alcançou menor média foi o das empresas listadas no Mercado Tradicional, com 14,41 pontos (45% da evidenciação máxima). Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que as empresas listadas nos segmentos Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2 de Governança Corporativa, têm maior compromisso com a transparência na divulgação das informações da companhia.

4.3 Análise estatística da evidenciação voluntária de informações sociais nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul

Para o tratamento dos dados das empresas das regiões investigadas, inicialmente foi feita uma análise descritiva da variável nível de evidenciação estudada, com o auxílio do diagrama “caixa-de-bigodes” ou diagrama de Boxplot, conforme mencionado na metodologia e ilustração no Gráfico 5.

Gráfico 5: Diagrama Boxplot para o nível de evidenciação no conjunto das 41 empresas da região Norte/Nordeste/Centro-Oeste nas 41 da região Sudeste e nas 41 da região Sul



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na análise do diagrama Boxplot, percebe-se que as 41 empresas da região Sudeste assinalaram níveis de evidenciação maiores que os das 41 empresas do conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e também que as 41 empresas da região Sul. O Boxplot demonstra que o conjunto das 41 empresas da região Norte/Nordeste/Centro-Oeste apresentou o nível de evidenciação máximo, com 25 pontos, alcançado pela influência das empresas Banco do Brasil e pela Eletrobras. Para a região Sudeste, o valor máximo alcançado somou 30 pontos, assinalado pelo Banco Bradesco, que registrou o maior nível de evidenciação em toda a análise. Para a região Sul, o valor máximo alcançado foi de 26, pelas empresas Celulose Irani, Copel e Tractebel Energia. Os valores mínimos alcançados são representados no Boxplot pela linha inferior, que mostra o valor correspondente a 6 pontos, representados pelas empresas TecBlu Tecelagem e Bradesco Leasing.

A mediana ficou em 14, para as empresas da região Norte/Nordeste/Centro-Oeste, em 20 para as empresas do Sudeste e em 14 para as empresas do Sul (Gráfico 5). A análise gráfica do Boxplot mostra que o conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentou o 1º quartil igual a 10,5; ou seja, 25% das empresas possuem nível de evidenciação inferior a 10,5 e 75% superior a 10,5 e o 3º quartil igual a 19,5 (75% das empresas possuem nível de evidenciação inferior a 19,5 e 25% superior a 19,5). A região Sul apresentou 10,5 e 21, respectivamente, para o 1º quartil e 3º quartil. A região Sudeste apresentou 14 e 24,5, respectivamente, para o 1º quartil e 3º quartil, demonstrando um nível de evidenciação mais elevado do que o das empresas do conjunto das demais regiões.

Para se ter ideia de como se comporta a distribuição dos dados referentes ao nível de evidenciação para as três regiões analisadas, foi construído um histograma para cada grupo. Como a variável estudada é discreta, foi feita uma aproximação para uma variável contínua, valendo assinalar que, segundo Toledo e Ovalle (1985, p. 53), quando “uma variável em estudo for contínua, será sempre conveniente agrupar os valores observados em classes. Se, por outro lado, a variável for discreta e o número de valores representativo desta variável for muito grande, recomenda-se o agrupamento dos dados em classes”.

Desse modo, foi realizado o teste não paramétrico de Kolmogorov-Smirnov para testar se as amostras seguiam uma distribuição normal, o qual, segundo Sokal e Rohlf (1997), pode ser aplicado para testar se a característica estudada das amostras é oriunda de uma população com distribuição normal. O resultado do teste de normalidade é mostrado na Tabela 1.

Tabela 1: Teste de Normalidade – Kolmogorov-Smirnov

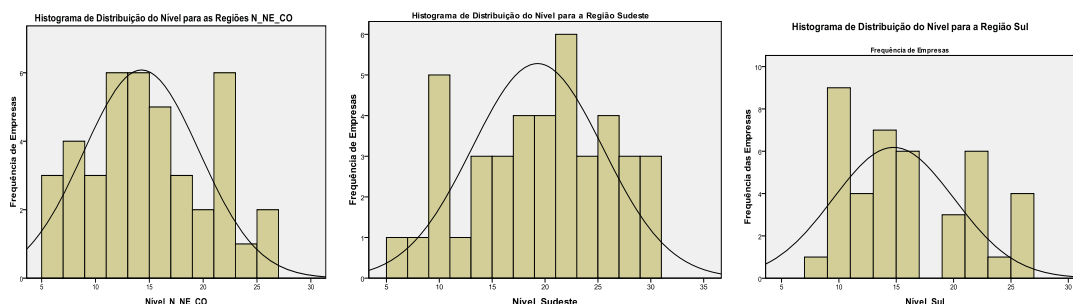
	Regiões_N_NE_CO	Região_Sudeste	Região_Sul
n	41	41	41
Média	14,51219512	19,07317073	15,58536585
Desvio-padrão	5,577284067	6,64601476	5,518041363
Kolmogorov-Smirnov Z	0,635818509	0,541943467	0,97325902
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,813613072	0,930676797	0,3

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao nível de significância de 5%, todos os grupos possuem uma distribuição normal. Observa-se que o nível descritivo para o conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste foi de 0,81, de 0,93 para o Sudeste e de 0,3 para o Sul, muito superior, portanto, ao nível de significância (5%).

O Gráfico 6 apresenta o histograma de distribuição de frequência para o grupo da região Norte/Nordeste/Centro-Oeste, para o da região Sudeste e para o da região Sul.

Gráfico 6: Histogramas de distribuição do nível de evidenciação para o conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para a região Sudeste e para a região Sul



Fonte: Elaborado pelos autores.

A importância dessas distribuições é que, a partir dela, podem-se inferir parâmetros populacionais, tais como média e variância, sendo possível também construir intervalos de confiança e teste de hipóteses. Dessa forma, foi construído um intervalo de confiança para a média dos níveis de evidenciação, com 95% de confiança, para os níveis médios do conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para a região Sudeste e para a região Sul, como se demonstra na Tabela 2.

Tabela 2: Estatísticas sobre os grupos de dados de cada região

Estatísticas	Regiões_N_NE_CO	Região_Sudeste	Região_Sul
N	41	41	41
Média	14,51219512	19,07317073	15,58536585
Mediana	14	20	14
Desvio- Padrão	5,577284067	6,64601476	5,518041363
Variância	31,10609756	44,1695122	30,44878049
Amplitude	19	24	18
Mínimo	6	6	8
Máximo	25	30	26
Soma	595	782	639

Fonte: Elaborada pelos autores.

Antes de ser realizado o teste de igualdade de médias, verificou-se ainda se havia diferença significativa entre as variâncias dos três grupos de empresas, utilizando-se um teste para avaliar a homocedasticidade das variâncias, conhecido nos meios acadêmicos como teste de Levene, como se demonstra na Tabela 3.

Tabela 3: Teste de Homogeneidade de Variâncias

Teste de Homogeneidade de Variâncias	
Estatística Levene	P-Valor
0,97	0,38

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao nível de 5% de significância foi verificado que a hipótese de igualdade de variâncias não foi rejeitada (p-valor = 0.38). A partir disso, utilizou-se o Teste Tukey para verificar a igualdade de médias.

Tabela 4: Teste Tukey para a igualdade de médias

	Soma de quadrados	Graus de liberdade	Quadrado Médio	Estatística (F)	P-valor
Entre os grupos	466,293	2	233,146		
Dentro dos grupos	4.228,98	120	35,241	6,616	0,002
Total	4.965,27	122			

Fonte: Elaborada pelos autores.

O Teste Tukey para a hipótese de igualdade de médias indicou um p-valor igual a 0.002, ou seja, pelo menos uma das médias é diferente das demais, por isso é necessário observar a Tabela 5, para verificar as respectivas diferenças.

Tabela 5: Teste Tukey para a Diferença de Médias do nível de evidênciação para cada região

Teste Tukey para a Diferença de Médias do Nível de Evidenciação das Regiões						
(I) Grupo	(J) Grupo	Diferença de médias (I - J)	Erro padrão	P-valor	95% de confiança	
					Limite inferior	Limite superior
1	1					
	2	-4,56098(*)	1,31114	0,002	-7,6725	-1,4494
	3	-1,07317	1,31114	0,692	-4,1847	2,0384
2	1	4,56098(*)	1,31114	0,002	1,4494	7,6725
	2					
	3	3,4878(*)	1,31114	0,024	0,3763	6,5993
3	1	1,07317	1,31114	0,692	-2,0384	4,1847
	2	-3,4878(*)	1,31114	0,024	-6,5993	-0,3763
	3					

*A diferença de média é significativa ao nível de significância de 5%

GRUPO 1 = Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

GRUPO 2 = Região Sudeste

GRUPO 3 = Região Sul

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os valores identificados com asteriscos na coluna “Diferença de Médias” indicam que a diferença das médias é significativa ao nível de 5%. Isso também pode ser observado pelo p-valor identificado de cada valor com asteriscos. Percebe-se que todos são menores que 5%. A diferença entre o grupo 1 e o grupo 2 é igual a (-4,56098), indicando que a diferença entre o nível médio de evidenciação da região N_NE_CO (grupo 1) e o nível da região Sudeste (grupo 2) é estatisticamente significativa ao nível de 5% (p_valor=0.002), ou seja, o grupo 1 apresenta uma média menor do que o grupo 2. A diferença entre o grupo 2 e o grupo 3 é igual a 3,4878, ou seja, a média do grupo 2 é maior do que a do grupo 3. A diferença entre o grupo 3 e o grupo 1 é igual a 1,07, ou seja, a média do grupo 3 é maior do que a do grupo 1. Portanto se pode concluir, com 95% de confiança, que a média do nível de evidenciação da região Sudeste é maior que a da região Sul e a média do nível de evidenciação da região Sul é maior que a do conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

5. CONCLUSÕES

O principal objetivo deste estudo foi investigar a evidenciação voluntária de informações sociais de empresas listadas na BM&FBovespa, segundo os Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa contidos no Guia da ONU.

A pesquisa demonstra que os indicadores mais evidenciados são aqueles exigidos pela legislação vigente no país, como, por exemplo, os indicadores referentes ao Faturamento total, Pagamentos ao governo e Salários e benefícios. Assim, quanto ao grupo de indicadores de responsabilidade social do Guia da ONU, não se pode afirmar que haja evidenciação voluntária relevante por parte das empresas pesquisadas, pois os itens mais evidenciados são aqueles obrigatórios por força legal. Os resultados apontam que os indicadores menos evidenciados são os de caráter não financeiro. Esses indicadores deveriam ser mais evidenciados, com vistas a aumentar a transparência para os *stakeholders*.

No conjunto das empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os três indicadores não obrigatórios mais evidenciados, em ordem decrescente, foram: 1) Total de novos investimentos; 2) Contribuições voluntárias à sociedade civil; e 3) Mão de obra total – analisada por tipo de emprego, tipo de contrato e gênero. Os três indicadores menos evidenciados, em ordem decrescente, foram: 1) Dias de trabalho perdidos devido a acidentes, ferimentos e doenças relacionados ao trabalho; 2) Número de condenações por violação de leis ou regulamentos relacionados à corrupção e ao valor das multas pagas/a pagar; e 3) Média de horas de treinamento por ano por empregado – segregada por categoria de emprego. Nas empresas da região Sudeste e da região Sul, os três indicadores não obrigatórios mais evidenciados e os três menos evidenciados foram os mesmos do grupo consolidado da região N_NE_CO, demonstrando que as empresas analisadas, independentemente da localização, possuem semelhantes características de evidenciação.

Nenhuma empresa apresentou nível de evidenciação máxima (32 pontos) dos indicadores da ONU, de acordo com a metodologia adotada. As empresas que se destacaram no nível de evidenciação foram: Banco do Brasil e a Eletrobras (ambas com 25 pontos), pertencentes ao grupo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; o Banco Bradesco (30 pontos), pertencente à região Sudeste; e as empresas Celulose Irani, Copel e Tractebel Energia (todas com 26 pontos), pertencentes à região Sul. Ressalta-se que, apesar de situadas no conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as empresas Banco do Brasil e Eletrobras são consideradas grandes empresas em seus respectivos setores econômicos e atuam em âmbito nacional, assim como a empresa destaque da região Sudeste.

A análise do nível de evidenciação por setor de atuação mostra que, entre as empresas pesquisadas, o setor Utilidade Pública apresentou uma média de evidenciação maior que os outros setores, com exceção ao setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, que é representado nessa pesquisa apenas pela Petrobras. Quanto ao nível evidenciação das empresas por segmento de listagem, as empresas do Nível 1 alcançaram a maior média e as do Mercado Tradicional a menor média, dentre os segmentos analisados.

Os testes estatísticos revelaram que as amostras das três regiões (empresas da região Sudeste, empresas da região Sul e empresas do conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste) seguem uma distribuição normal. O teste de média demonstrou que a média do nível de evidenciação é estatisticamente diferente para os três grupos das regiões analisadas, concluindo-se que as empresas da região Sudeste possuem o nível de evidenciação estatisticamente significante maior que o da

região Sul, que possui um nível maior do que o conjunto das empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (H_1). Esse resultado pode ser explicado pelo fato de a região Sudeste concentrar as maiores empresas do país, corroborando pesquisas anteriores (DIAMOND; VERRECHIA, 1991; GHOSE, 2006), que identificam nível de evidenciação mais elevado em empresas maiores.

Concluindo à luz da teoria da evidenciação voluntária e da relevância da divulgação das informações sociais não obrigatórias para os diversos usuários, chama-se a atenção para os baixos resultados alcançados pelas empresas pesquisadas no tocante aos níveis de evidenciação dos indicadores de responsabilidade social corporativa do Guia da ONU.

Apesar das limitações deste estudo, analisando dados de apenas um exercício social (2008), esta pesquisa contribuiu para pôr em destaque a evidenciação social voluntária pelas empresas brasileiras. Assim, sugere-se a continuidade da pesquisa sobre o tema, investigando-se um período de tempo mais longo, número maior de empresas, além de pesquisa sobre o nível de evidenciação de informações sociais voluntárias levando em conta outro conjunto de indicadores sociais.

REFERÊNCIAS

- ALBERS, C.; GÜNTHER, T. Disclose or not disclose: determinants of social reporting for STOXX Europe 600 firms. **Zeitschrift für Planung & Unternehmenssteuerung**, December 2010. Disponível em: www.springerlink.com/index/C307U2550605JR67.pdf. Acesso em: 20 fev. 2011.
- ANDERSON, J. C.; FRANKLE, A. W. Voluntary social reporting: an iso-beta portfolio analysis. **The Accounting Review**, Sarasota, v. 55, n. 3, p. 467-479, July, 1980.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERETTA, S.; BOZZOLAN, S. Quality versus quantity: the case of forwardlooking disclosure. *Journal of Accounting, Auditing and Finance*, Forthcoming, 2008. **Social Science Research Network**. Disponível em: <<http://www.ssrn.com>>. Janeiro 2007. Acesso em: 15 set. 2008.
- BURGSTAHLER, D. C.; HAIL, L.; LEUZ, C. The Importance of reporting incentives: earnings management in european private and public firms. **The Accounting Review**, v. 81, p. 983-1016, 2006.
- DIAMOND, D.; VERRECCHIA, R. Disclosure, liquidity and the cost of capital. **Journal of Finance**, v. 46, p. 1325-1360, 1991.
- DYE, R. An evaluation of "essays on disclosure" and the disclosure literature in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, p. 181-235, 2001.
- GAMERSCHLAG, R.; MÖLLER, K.; VERBEETEN, F. Determinants of voluntary CSR disclosure: empirical evidence from Germany. **Review of Managerial Science**. v. 10, p. 10-52, 2010
- GHOSE, A. Information disclosure and regulatory compliance: economic issues and research directions. **Social Science Research Network**. Disponível em: <<http://www.ssrn.com>>. Julho 2006. Acesso em: 12 set. 2008.
- GLAUTIER, M. W. E.; UNDERDOWN, B. **Accounting theory and practice**. 5. ed. London: Pitman, 1994.
- HAIR, J. F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HENDRIKSEN, E S.; VAN BREDA, M F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- HOSSAIN, M. The extent of disclosure in annual reports of banking companies: the case of India. **American Accounting Association Annual Meeting**, 2008, Anaheim.
- IBASE. **Balço social: o desafio da transparência**. Rio de Janeiro, 2008.
- INSTITUTO ETHOS. **Guia para elaboração de balanço social e relatório de sustentabilidade**. São Paulo, 2007.

LEUZ, C.; WYSOCKI, P. Economic consequences of financial reporting and disclosure regulation: a review and suggestions for future research. **Social Science Research Network**. Disponível em: <<http://www.ssrn.com>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

MALACRIDA, M.; YAMAMOTO, M. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do IBOVESPA. **Revista Contabilidade e Finanças**, Edição Comemorativa, p. 65-79, 2006.

MEEK, G.; ROBERTS, C.; GRAY, S. Factors influencing voluntarily annual report disclosure by U.S., U.K., and continental European multinational corporations. **Journal of International Business Studies**, v. 26, p. 555-572, 1995.

MURCIA, F. D. **Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil**. 2009. 182 p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, M. C. *et al.* Divulgação dos indicadores de responsabilidade social corporativa da ONU pelas empresas brasileiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., Fortaleza. **Anais...** Afortaleza: Associação Brasileira de Custos, 2009.

PELIANO, A. M. T. (Coord.) et al. **A iniciativa privada e o espírito público: um retrato da ação social das empresas no Brasil**. Brasília: Ipea, 2002.

PEREZ, F. **Evolução dos relatórios de sustentabilidade no setor de mineração**. 2008, p. 137. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Departamento de Minas e Petróleo. Universidade de São Paulo.

PRADO, J. M. L. *et al.* Factors influencing the disclosure of greenhouse gas emissions in companies worldwide. **Management Decision**. v. 47, p. 1133-1157, 2009.

RAMANATHAN, K. V. Toward a theory of corporate social accounting. **The Accounting Review**, Sarasota, v. 51, n. 3, p. 516-528, July, 1976.

RICHARDSON, A. J.; WELKER, M. Social disclosure, financial disclosure and the cost capital of equity capital. **Accounting Organizations and Society**, v. 26, p. 597-616, 2001.

RICHARDSON, A. J.; WELKER, M.; HUTCHINSON, I. R. Managing capital market reactions to corporate social responsibility. **Internacional Journal of Management Reviews**, v. 1, p. 17-43, 1999.

SCOTT, D. R. The basis of accounting principles. **The Accounting Review**, Sarasota, v. 16, n. 4, p. 341-349, Dec. 1941.

SOKAL, R. R.; ROHLF, J. F. **Biometry: the principles and practice of statistics in biological research**. 3. ed. New York: W. H. Freeman and Company, 1997. p. 850.

TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. **Estatística básica**. 2. ed., 4. tir., São Paulo: Atlas, 1985. p. 53.

TORRES, L. S. *et al.* Qualidade informacional dos relatórios de sustentabilidade de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental: uma análise com base nos indicadores da ONU. In: VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Rio de Janeiro: **Anais...** Rio de Janeiro, 2011.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. p. 206.

UNITED NATIONS. **Guidance on corporate responsibility indicators in annual reports**. United Nations: New York and Geneva, 2008.

VANSTRAELEN, A; ZAZERSKI, M T.; ROBB, S. W. G. Corporate nonfinancial disclosure practices and financial analyst forecast ability across three European countries. **Journal of Internacional Financial Management and Accounting**, p. 249-278, 2003.

VERRECCHIA, R. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, p. 97-180, 2001.

YAMAMOTO, M. M.; SALOTTI, B. **Informação contábil: estudos sobre sua divulgação no mercado de capitais**. São Paulo: Atlas, 2006.